

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

ROSANA PEREIRA RUVIARO

IMPEDIDA? A MULHER NA ARBITRAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

São Borja

2017

ROSANA PEREIRA RUVIARO

IMPEDIDA? A MULHER NA ARBITRAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Trabalho Conclusão de Curso - Relatório do Projeto Experimental apresentado ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Jornalismo.
Orientadora: Dr^a. Sara Alves Feitosa.

São Borja

2017

ROSANA PEREIRA RUVIARO

IMPEDIDA? A MULHER NA ARBITRAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Trabalho Conclusão de Curso - Relatório do Projeto Experimental apresentado ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Jornalismo.

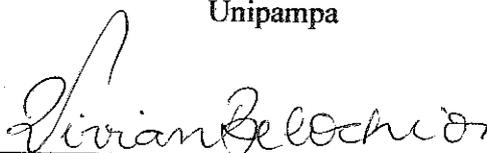
Orientadora: Dr^a. Sara Alves Feitosa.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 6 /12 /2017.

Banca Examinadora:



Dr^a Sara Alves Feitosa
Orientadora
Unipampa



Dr^a. Vivian Belochio
Unipampa



Dr. Marcelo Rocha
Unipampa

São Borja

2017

AGRADECIMENTOS

Pondo culpa no meu signo, aquário, esses agradecimentos não serão um clichê. Vamos comparar a vida acadêmica a uma partida de futebol. Por quê? Porque esta é a modalidade que me move e me incentivou a fazer esse Trabalho de Conclusão que estão prestes a ler.

Primeiramente, quero agradecer ao árbitro principal dessa grande partida. Aquele que media o jogo, pune com cartões amarelos e vermelhos quando há falta, fica atento a lances perigosos, apita para sinalizar e chamar a atenção dos jogadores e sabe o tempo exato de início e término da disputa: Deus.

Aos árbitros assistentes, popularmente conhecidos como bandeirinhas, minha gratidão eterna. Obrigada por, mesmo fora das quatro linhas, acompanharem todos os lances dessa partida, correr no mesmo ritmo do jogador mais ágil, ampararem o árbitro principal com suas marcações cerradas, sinalizarem os impedimentos da vida acadêmica e pessoal, estarem atentos a cada passo em direção ao gol. Obrigada Vera e Francisco (Chico), meus pais.

Esse parágrafo é dedicado ao inspetor e a assessora do jogo. Aqueles que também fazem parte da arbitragem, mas muitas vezes passam despercebidos. Obrigada pelas orientações antes, durante e após o apito inicial, pelos puxões de orelha em lances duvidosos, pelos toques ao escrever a súmula da partida, pelas falas de descontração em momentos difíceis e, principalmente, pelo apoio nas decisões para que sejam imparciais e não prejudiciais a nenhuma das equipes. Obrigada, Francisco Júnior e Rute Fagundes, meu irmão e minha avó.

Por enquanto ainda estamos na arbitragem, que aqui consideramos a família e, obviamente, existem nomes que devem ser enaltecidos. Mesmo que distantes fisicamente, assim como os outros juízes, obrigada pelo apoio de sempre aos meus tios Lia, Washington (tio Toizo), Roseli (tia Chuca), Sandro, Simone, Rui, Berenice e Dora (tia Preta). À minha prima e melhor amiga Mariana, aos primos Jéssica, Jéferson e Marcelo, que sempre enviam aquela palavra motivacional necessária em determinados momentos. Antes dos 45' do primeiro tempo, um agradecimento especial a Wilson Leoni, o tio Nico, que desde o dia 25 de abril de 2017 apita os jogos onde brilham Garrincha, Escurinho, Bellini, Djalma Santos, Zequinha, Everaldo, Bruno Rangel, Danilo, Mateus Biteco, entre outros anjos que assinaram contrato sem a possibilidade de rescindi-lo, lá no céu.

Hora do intervalo. Quinze minutos para irmos até a arquibancada do Estádio Municipal Farroupilha e agradecermos aqueles que torceram por mim durante essa jornada. Obrigada aos meus amigos Anthoni, Isabelli, Andressa, Fabielli, Cainã, Natasha, Nelson, Núbia, Andréia, Reni (Mozo), Jorge, Júlio César e Karine. Quando a taça for erguida ao final

do campeonato, que esteja cheia de cerveja, assim como nós gostamos e a tivemos desde sempre! Um agradecimento especial ao Joel, árbitro que corre pelos campos cheios de capimannoni do Alegrete há mais de 30 anos e me inseriu nessa atividade. Obrigada, chefe!

Ainda estamos no intervalo, preciso agradecer a mais pessoas antes que os jogadores retornem do vestiário. Viajemos rapidamente até o Estádio Vicente Goulart (Vicentão), em São Borja, onde recebi as melhores oportunidades na arbitragem e sou eternamente grata por esse período. Obrigada aos meus amigos Maria Luisa, Orlando, Cairon, Bárbara Moraes, Bárbara Ramos, Caio, Alessandro, Rafaela, Sara, Victor, Fernanda, Morgana, Janine, Maria do Carmo, Elaine, Paola, Juliene, Diogo, Daniel, Oliveira, Jordano, Lucas Aristelo, Lucas Theisen, Darlan, Leonardo, Dafne, Giulia, Raquel, Louise, Nórton, Hamilton e Maurício. Um brinde com muito álcool a vocês!

Todo jogo deve ser repercutido de alguma maneira. Vamos à cabine da imprensa apertar as mãos de nossos jornalistas, que volta e meia atuam como professores da Unipampa. O espaço é pequeno e há muita gente, mas consigo chegar à narradora e aos dois comentaristas. Agradeço à narradora Sara Feitosa, minha orientadora, por ter dado todo direcionamento para que eu marcasse esse golaço. Um obrigada especial ao comentarista que senta pelo lado direito da narradora, Geder Parzianello, que foi um pai durante a graduação inteira, o único que me acompanhou do início ao fim. Finalmente chegamos ao lado esquerdo da narradora, onde ocupa o lugar César Beras, meu amigo e que, apesar de termos nos distanciado, agradeço eternamente pelo que representou nos primeiros anos de graduação. Agradeço também às jornalistas Vivian Belochio e Mara Ribeiro, que demonstram que uma loucurinha no ambiente de trabalho sempre é bem-vinda para descontrair a equipe. Obrigada também aos contra-regras Fernando Santor e Marcelo Rocha, que podem ser chamados assim por não serem jornalistas por profissão, mas que também contribuíram muito para que eu subisse ao pódio. Obrigada!

O tempo de intervalo está esgotando, os quero-queros voam próximos ao gramado, o trio de arbitragem já está posicionado no centro do campo para retomar a partida; na arquibancada o tio da pipoca está passando pela terceira vez, a 42ª latinha de Polar já foi aberta e o radinho já está sintonizado na Rádio Gazeta de Alegrete para ouvirmos o que também vemos; na cabine de imprensa Sara pede a atenção dos ouvintes com muita seriedade, Geder termina de comer seu quindim e Beras conta os minutos para ir dali direto ao bar mais próximo. Espero que estejam prontos para os 45' finais dessa partida, a qual intitulo de "Impedida? A mulher na arbitragem do Rio Grande do Sul". O árbitro autorizou, vai começar a partida!

RESUMO

O projeto experimental mostra, em forma de vídeo documentário, o universo da mulher na arbitragem no futebol do Rio Grande do Sul. Ao identificar baixa representatividade feminina na atividade, o documentário tem como objetivo buscar argumentos que possam compreender a disjunção entre os sexos na modalidade esportiva, que contextualizam a pouca presença da mulher no exercício de árbitra. Para tanto, a partir de diferentes perspectivas, o projeto apresenta em sua construção narrativa a realidade da arbitragem feminina no estado a partir da ótica de quem o faz, do órgão competente ao exercício da atividade (a Federação Gaúcha de Futebol), de profissionais do jornalismo esportivo e da percepção epistemológica de quem produz o vídeodocumentário. A última percepção apresentada dá o caráter experimental do documentário, pois demonstra tanto a realidade profissional, quanto a amadora. Em todas as óticas apresentadas pessoas de ambos os sexos têm seu espaço. O referencial teórico da discussão sobre gênero tem como pilar as abordagens dadas por Gilles Lipovetsky e Guacira Louro, enquanto a metodologia aplicada em torno da produção de documentários tem como referência Bill Nichols e Sérgio Puccini.

Palavras-Chave: vídeodocumentário; jornalismo; gênero; futebol; arbitragem feminina;

ABSTRACT

The experimental project shows, in the form of videodocumentary, the universe of woman refereeing soccer of Rio Grande do Sul. By identifying low female representativeness in the occupation, the documentary aims to seek arguments that can understand the disjunction between genders and the sport, which contextualize the low woman presence in the exercise of football referee. For this, from different perspectives, the project presents in its narrative construction the reality of female refereeing in the state from the perspective of who does it, from competent organ of refereeing exercise (Football Federation Gaúcha – FGF), of Sport journalism professionals and of epistemological perception who does the videodocumentary. The last perception presented gives the experimental character of the documentary, because demonstrates the professional reality and the amateur. In all optics people of both sexes have their space. The theoretical reference of discussion about gender will have as pillar the approaches given by Gilles Lipovetsky and Guacira Louro, while the applied methodology around the production of documentaries has as main reference Bill Nichols and Sérgio Puccini.

Keywords: videodocumentary; journalism; genre; soccer; female refereeing.

LISTA DE FIGURAS

Imagem 1 – Regra do impedimento	23
Imagem 2 – Fotografia de Débora de Oliveira	28
Imagem 3 – Fotografia de Luiz Fernando Moreira	28
Imagem 4 – Fotografia de Andreza Mocelin	29
Imagem 5 – Fotografia de Luiza Reis	29
Imagem 6 – Fotografia de Éder Zanella	30
Imagem 7 – Fotografia de Fabiano Baldasso	30
Imagem 8 – Fotografia da realizadora do projeto no campo de futebol	32
Imagem 9 – Fotografia do Estádio Municipal Farroupilha, em Alegrete/RS	32
Imagem 10 – <i>Screenshot</i> de Luiza Reis	36
Imagem 11 – <i>Screenshot</i> de Andreza Mocelin	36
Imagem 12 – <i>Screenshot</i> de Luiz Fernando Moreira	36

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. OBJETIVOS	14
2.1 Objetivo Geral	14
2.2 Objetivos Específicos	14
3. JUSTIFICATIVA	14
4. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	18
4.1 Metodologia Aplicada	20
5. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	22
5.1 Pré-Produção	22
5.2 Produção	27
5.3 Pós-Produção	33
6. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE PRODUÇÃO	37
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
8. REFERÊNCIAS	41
9. APÊNDICE	43

1. INTRODUÇÃO

Devido à construção social da masculinidade, determinadas atividades separam, historicamente, homens e mulheres e suas representações e papéis sociais. A relação da mulher com o esporte, especialmente o futebol, caracteriza um espaço não-democrático entre os sexos, fazendo com que elas procurem estratégias para o pertencimento sexual em torno dessa área de atuação. Atualmente, no futebol, a participação feminina pode ser percebida em praticamente todos os cargos, seja ela como torcedora, desportista, comentarista, jornalista esportiva, repórter, técnica, massagista, árbitra, entre outras atividades. Apesar do aumento na participação e envolvimento das mulheres com o futebol, o feminino nesta modalidade esportiva ocupa um lugar pouco representativo se comparado aos homens, pois a relação do gênero feminino com esportes, principalmente os de impacto, ainda é marginalizada.

Para prosseguirmos à compreensão sobre a representatividade feminina no futebol, faz-se necessário o entendimento em torno do termo “gênero”, que distingue-se de “sexo”. Ao referenciar Connel (1995), Louro (2003) afirma que o gênero está ligado, sobretudo, ao debate no campo social. Se, por um lado, o sexo refere-se a características biológicas, o gênero “pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou, então, como são ‘trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico’” (CONNEL, 1995, p. 189 apud. LOURO, 2003, p. 22). Entender o gênero como um conceito competente ao campo social, constata a construção e reprodução das relações desiguais entre os sujeitos. Segundo Louro (2003, p. 22), as justificativas para essas desigualdades devem ser buscadas não nas diferenças entre sexos (biológicos), mas “nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação”. Ao compreender a diferença conceitual entre sexo e gênero, prosseguiremos o presente projeto com a discussão em torno do termo competente ao campo social, ou seja, o gênero.

O termo “marginalização do futebol”, comentado anteriormente, pode ser compreendido a partir de duas perspectivas: da pesquisa e da sociedade. De acordo com Dunning e Maguire (1997), na área da pesquisa, o esporte não levanta nenhum problema significativo aos olhos da maioria dos defensores das teorias sociológicas que predominam os estudos contemporâneos, o que ocasiona sua marginalização enquanto objeto de estudo. No entanto, os autores veem no esporte um potencial campo de pesquisa, principalmente no que se refere ao pertencimento sexual. A partir disso, tem-se a perspectiva social da marginalização do esporte, na qual existem disjunções de acordo com o gênero.

Para compreender a origem e os motivos do espaço restrito deliberado à mulher em atividades esportivas, observemos a abordagem das representações sociais de ambos os sexos, masculino e feminino, na contemporaneidade, a partir do século XX. Gilles Lipovetsky (1997), data da década de 1960 uma nova problemática que vê na sexualidade uma relação de poder entre os sexos. De acordo com o autor, “as leis, as representações, a moral, a psicologia, os papéis relativos à sexualidade, tudo converge para assegurar a supremacia viril e a subordinação das mulheres” (LIPOVETSKY, 1997, p. 68). A referida supremacia dá-se em todos os âmbitos da sociedade, seja dentro de seus lares, no trabalho, na universidade e, conseqüentemente, também no esporte. Em razão disso, tradicionalmente o homem ocupou cargos de chefia, fazendo, assim, com que por décadas habitasse sobre eles o “poder” em relação ao sexo feminino. Esse “poder” é ainda mais perceptível em relação ao gênero, na qual a mulher inicialmente era vista como um simples objeto para a reprodução.

Por ser vista inicialmente como mero objeto de reprodução, a mulher teve no próprio corpo uma “limitação” que a distanciara do esporte. Menstruação e gravidez, por exemplo, fragilizavam o corpo feminino que, para os desportistas, órgãos públicos e, inclusive, para a Presidência da República, era o principal argumento para bani-las de qualquer atividade esportiva. Por outro lado, historicamente, a imagem do homem é relacionada à força, heroísmo, caça e luta. Mas, Dunning e Maguire (1997) alertam que, contemporaneamente, esses termos são equivalentes ao homem no esporte, ou seja, eles não se atribuem ao dia a dia do ser humano. Por isso, o sexo masculino recorre às atividades esportivas para preservar tais conceitos que o caracterizam. Devido a essa desigualdade entre o corpo masculino e feminino, sob fatores de reprodução e força, o esporte era um campo de atuação única e exclusiva do homem.

Em 14 de abril de 1941 acontece o ápice das tentativas de afastamento da mulher da prática esportiva, quando foi promulgado o Decreto-Lei 3.199¹ que estabelecia bases de organização dos desportos no país. A Lei, que vigorou até 1979, tinha em seu artigo 54, a manifestação clara de repúdio à prática feminina.

Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país (BRASIL, 1941).

Apesar das proibições, a mulher continuou inserida no futebol, principalmente como desportista e, em razão deste não cumprimento de regras, a Lei foi revogada em 1979. A partir

¹Disponível em <https://goo.gl/CTZXnw>. Acesso em 02/04/17.

de então, diversos times femininos surgiram no Brasil, abrindo caminhos para outras atuações da mulher no esporte como, por exemplo, na arbitragem.

A relação entre esporte, gêneros e sexualidade é ainda mais acentuada no que se refere às atribuições dadas aos praticantes e não-praticantes. O fato de estar inserido em um esporte, segundo Dunning e Maguire (1997), parece ter uma importância considerável na formação da identidade do sujeito, principalmente do homem. Devido às pressões exercidas pela escola, família, mídia, grupo etário, entre outros fatores do contexto social, o menino é praticamente obrigado, ao crescer, a proceder uma adaptação interior relacionada a atividade esportiva. Dando como exemplo a sociedade britânica, os autores ressaltam que, de um modo geral,

os homens “desviantes” que por uma ou outra razão optam pela vida anti-esportista, se arriscam a ser qualificados de forma insultuosa pelos seus pares, de “afeminados” e até mesmo de “homossexuais” (DUNNING; MAGUIRE, 1997, p. 324).

O mesmo ocorre com as mulheres praticantes de esportes, que são recorrentemente caracterizadas como “machonas” e/ou “lésbicas”. Ou seja, a sociedade desde seus primórdios relaciona a prática de esportes com a sexualidade: homem que é homem é desportista; mulher que é desportista, opta por abrir mão de atributos femininos.

Depois de compreendermos brevemente a relação entre os gêneros e esportes, passemos à história da mulher na arbitragem. A figura do árbitro no futebol apareceu depois deste já ter suas regras, em meados do século XIX. A função de árbitro surge com o objetivo de assumir o comando e participar do andamento da partida, tornando-se, assim, a autoridade máxima dentro das quatro linhas (FARIAS, 2014).

O sujeito por trás do apito deveria ter bom condicionamento físico e equilíbrio psicológico ao assegurar as rédeas do jogo, características que foram por anos questionadas no sexo feminino. Devido a esses fatores primordiais para a atuação como árbitro de futebol, a brasileira Léa Campos, primeira árbitra do mundo, sofreu por anos até finalmente conseguir exercer sua atividade. Diplomada em Educação Física e Jornalismo pela Universidade de Brasília (UnB), Asaléa de Campos Micheli, sempre foi apaixonada por futebol e ainda na infância e juventude atuou como centroavante de um time de meninas. Em sua cidade natal, Belo Horizonte, trabalhou como jornalista em emissoras de rádio mineiras e como relações públicas do Cruzeiro Esporte Clube, de Minas Gerais. Sua relação com a arbitragem começou em 1967, quando ingressou na escola de árbitros do Departamento de Futebol Amador da Federação Mineira de Futebol, onde fez o curso de formação durante oito meses. Mas seu

diploma só foi reconhecido pela Federação Internacional de Futebol (FIFA) e pelo Governo Federal em 1971, após ser obrigada a fazer mais exames médicos e testes físicos, pois deveria provar que tinha condições físicas para exercer a atividade. Essa preparação se deu pelo fato de ainda ser constatado na época que a mulher possuía estrutura óssea inferior ao homem. Léa lutou por quatro anos contra o então presidente da FIFA, João Havelange, e com a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), até ser profissionalmente reconhecida. Após apelar até ao presidente da República da época, Emílio Médici, obteve seu diploma com a oportunidade que surgiu no Mundial de Futebol Feminino, no México, onde representaria o Brasil como árbitro (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000).

Léa Campos começou a atuar como árbitro² ainda enquanto vigorava a Lei 3.199, que só foi revogada oito anos após o reconhecimento de seu diploma. Dando início a um caminho ainda conturbado e repleto de barreiras para as mulheres, logo após Léa, surge Ana Maria, de Brasília, sendo seguida da piauiense Lindinalva Miranda. Ambas se formaram pelas suas federações no período entre 1978 e 1979 (FARIAS, 2014). Foi apenas em 1983 que mais algumas mulheres demonstraram interesse na atuação enquanto árbitras de futebol. Essa manifestação foi perceptível no primeiro curso de arbitragem exclusivo para mulheres, realizado em 1983, segundo matéria publicada pela Revista Placar Magazine³, em que há uma breve entrevista com Cláudia Shnabl Neves, suposta terceira mulher árbitra no Brasil. Após esse período, é apenas no ano de 1996 que se tem registro de mais mulheres na arbitragem. Naquele ano, Sílvia Regina de Oliveira iniciou suas atividades pela Federação Paulista de Futebol (FPF). Sílvia, assim como Léa, representa um marco na história da mulher na arbitragem, pois foi a primeira árbitra a ser indicada para a FIFA, em 2001. Segundo Farias (2014), foi a primeira a apitar um jogo da Série A do Campeonato Paulista e é a única classificada na categoria A “ouro” de árbitros da FPF. Também foi pioneira na Copa Sul-Americana, onde, em 2003, apitou a partida entre Santos e São Caetano.

Ainda na década de 1990, outras mulheres começaram a aparecer dentro das quatro linhas tendo o controle das partidas. Jaqueline Fockink, Ivanir Degregori, Cleidy Mary Nunes Ribeiro, Marilei Silva e Ticiania Martins são nomes que figuraram como árbitras e árbitras assistentes. No Rio Grande do Sul, foi apenas no ano de 1998 que surgiram as primeiras mulheres, em destaque Sônia Maria da Silva e Rosemari Lemos que, inclusive, apitou um clássico entre Grêmio x Internacional (GRENAL) pelo Campeonato Feminino (FARIAS, 2014). O início dos anos 2000 foi marcado por uma presença feminina maior nas federações

²Na época, o substantivo era atribuído no masculino, bem como “a delegado”, “a inspetor”, “a presidente”.

³Disponível em <https://goo.gl/KCLe5i>. Acesso em 02/04/17.

de cada estado e na CBF. Em 2003, ocorreu um fato até então inédito no Brasil e no mundo: um trio de arbitragem composto apenas por mulheres em jogo da Série A do Campeonato Brasileiro masculino. A partida aconteceu em 30 de junho, foi apitada por Sílvia Regina de Oliveira e teve como assistentes Ana Paula Oliveira e Aline Lambert. A disputa entre Guarani e São Paulo aconteceu em Campinas, no estádio Brinco de Ouro da Princesa e é um marco histórico no futebol mundial.

A partir da compreensão acerca do que fora comentado sobre a história do universo da mulher na arbitragem do futebol, o presente projeto irá focar na representatividade gaúcha no exercício da atividade. O Rio Grande do Sul é um dos estados que menos tem mulheres na arbitragem, o que justifica o trabalho. Além disso, soma-se aos fatos de que a executora do projeto também é gaúcha e atua como árbitra no futebol amador de algumas cidades da Fronteira Oeste do estado. Com o documentário, pretendemos identificar elementos que possam explicar o porquê da pouca participação das mulheres gaúchas nessa atividade, bem como construir a narrativa através das diferentes percepções em torno dessa realidade.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Apresentar, através de vídeodocumentário, o universo da arbitragem feminina de futebol no Rio Grande do Sul.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Evidenciar elementos que caracterizam a pouca participação das mulheres na arbitragem de futebol do Rio Grande do Sul;
- Apresentar percepções sobre a mulher na arbitragem a partir de diferentes pontos de vista;
- Identificar a interferência social e midiática na referida realidade.

3. JUSTIFICATIVA

Apesar da inserção de Léa Campos no quadro de árbitros da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), em 1971, o caminho continua restrito, pois ainda em 2017 as mulheres representam um percentual quase insignificante na arbitragem brasileira, cerca de 12,4%⁴. A baixa participação feminina no futebol se dá em todos os cargos que, apesar de estarem lá,

⁴Dado retirado de <https://goo.gl/dF16xd>. Acesso em 14/02/17. Atualizado em 02/11/2017.

ainda são poucas. Esses números são mais dissonantes em relação aos homens em setores de chefia, como de técnicas de futebol, dirigentes, presidentes de clubes, preparadoras físicas e na própria arbitragem.

Historicamente, o trabalho da mulher é relacionado às atividades domésticas, enquanto o trabalho do homem tem relação direta com o mercado, a vida fora de casa, carreira e profissionalismo. Lipovetsky (1997), afirma que a sociedade pós-moderna não coincide com a indistinção dos papéis sexuais, mas com a diferenciação sexual da mesma lógica individualista. Segundo a compreensão do autor, “não é um modelo de reversibilidade entre os sexos que nos governa, mas um duplo modelo individualista, reinscrevendo socialmente a diferença masculino/feminino” (LIPOVESTSKY, 1997, p. 243).

Na tentativa de inserir mulheres em uma área socialmente masculinizada, como o futebol, a diferença entre o masculino e o feminino reina entre o próprio exercício da arbitragem. O curso de formação para exercer a atividade é o mesmo para árbitros principais, assistentes (bandeirinhas), quarto árbitro, assessor, inspetor e tutor. Conforme mencionado pelo diretor executivo da Federação Gaúcha de Futebol (FGF), Luis Fernando Moreira, uma das fontes do documentário, durante o curso os futuros árbitros escolhem qual carreira pretendem seguir. No entanto, a FGF tem a autonomia de delegar, a partir das características físicas e aptidões de cada pessoa, qual setor da arbitragem ela deve ocupar. Segundo o dirigente, muitos sujeitos escolhem ser árbitros principais, porém é na assistência que se percebe uma melhor desenvoltura para a atuação. Ou vice-versa. Dentre as 84 mulheres⁵ que trabalham pela CBF, apenas 16 delas estão formalmente denominadas como árbitras principais, enquanto as outras 68 distribuem-se entre as demais ocupações. Dessas 16, até a temporada de 2017, nenhuma havia atuado como árbitra principal na Série A do Brasileirão, que representa, simbolicamente, a elite do futebol brasileiro.

A partir de dados divididos por estados do Brasil na relação entre o número de árbitros de ambos os sexos que prestam serviço à CBF, foi constatado que o Rio Grande do Sul tem o sexto menor percentual de participação feminina na atividade, são 6%. Atrás do estado gaúcho fica apenas Piauí com 5,8%, Ceará com 4,9% e Goiás, Roraima e Rondônia, que não contam com nenhuma mulher em seu quadro. Esse número referente ao Rio Grande do Sul chama atenção pelo fato de o estado ter dois times na elite do futebol brasileiro há anos, o que, teoricamente, deveria dar incentivo tanto às mulheres que têm interesse na atividade, assim como na Federação Gaúcha de Futebol (FGF) na divulgação de seu curso de formação.

⁵Dados até a temporada 2016-2017.

A fim de compreendermos o quão representativos são os números do Rio Grande do Sul, faz-se necessária uma comparação com outros estados. Para tanto, teremos como base os distritos que possuem times na Série A do Campeonato Brasileiro de 2017. No presente projeto experimental, serão avaliados apenas os números referentes aos árbitros que prestam serviço à CBF, pois grande parte dos que são apenas filiados às suas respectivas federações não ascenderam para atuar em competições nacionais. Santa Catarina possui um percentual de mulheres na arbitragem de 13,9%; Paraná 8,5%; São Paulo 16%; Minas Gerais 14,8%; Rio de Janeiro 20%; Bahia 12,8%; Ceará 4,9%; e Goiás 0%. Dentre os estados mencionados, São Paulo possui o maior número de árbitros aptos a exercerem suas funções no Brasileirão, 74 ao todo, sendo 62 homens e 12 mulheres. Já o que possui menor número é o Ceará, 22 ao todo, contando apenas com uma mulher.

Segundo Lipovetsky (1997), contemporaneamente, ambos os sexos estabelecem seu trabalho como uma exigência individual e identitária, uma condição para realizar-se na existência, um meio de auto-afirmação. No entanto, por décadas o trabalho feminino foi relacionado a atividades domésticas e maternais. É a partir de estereótipos dessa espécie que o autor aborda a manifestação do individualismo e do sujeito pós-modernos na esfera profissional, tema central da abordagem do presente projeto experimental.

Manifestação do individualismo pós-moderno? Sim, por certo, a tal ponto o compromisso feminino na esfera profissional corresponde a uma preocupação consigo, a desejos de expressão e realização íntima. Manifestação do sujeito? Sim, igualmente, uma vez que aí se manifesta a vontade de ser reconhecido como protagonista individual responsável por sua própria vida. Com a diferença de que aqui a conquista da autonomia pessoal não coincide de modo algum com a luta contra as normas e as sujeições da vida social. (LIPOVETSKY, 1997, p. 222-223).

O reconhecimento profissional das mulheres árbitras é uma das abordagens do documentário, visto que uma das características da mulher pós-moderna é “o desejo de ser reconhecida a partir do que fazem e não mais do que são ‘por natureza’” (LIPOVETSKY, 1997, p. 224). Historicamente, no futebol e em diferentes outros campos de atuação profissional, o sexo feminino encontra maiores dificuldades de ingresso no universo concorrencial e meritocrático tradicionalmente masculino. Através de matérias tendenciosas que, de maneira implícita, objetificam a mulher, é possível perceber na mídia brasileira, de um modo geral, uma das barreiras a serem superadas nesse reconhecimento profissional. Em

2003, Boschilia publicou uma pesquisa⁶, cuja análise centrou em 14 matérias publicadas em jornais brasileiros, nos quais os indivíduos em destaque eram árbitras (principais e assistentes). Com o artigo, o autor tinha por objetivo analisar o processo de apreciação e compreensão das condições de produção do discurso dos periódicos, na busca de superar as meras superficialidades interpretativas. Em sua análise, o autor constatou que parte do que se é falado pela imprensa referente às árbitras estão na abordagem de elementos externos às suas atuações. A maquiagem, o penteado, o comprimento da roupa, a espessura das pernas, o tamanho da cintura, as unhas bem ou mal feitas, a reação quanto aos “elogios” da torcida, entre outros aspectos, figuram recorrentemente nos materiais publicados.

No esforço de fazer uma produção que contemple tanto o desejo profissional na área jornalística quanto no âmbito esportivo, enxergamos no desenvolvimento de um vídeodocumentário a justificativa necessária para por em prática as duas atribuições. O interesse em produção audiovisual, primeiramente de maneira específica na representação do outro, dá mote a produção acadêmica em si.

Por fazer parte do universo tratado no projeto, a mulher na arbitragem, ao produzir o documentário estará intrincada, sobretudo, a realização pessoal de quem o faz. Trazer à luz de uma produção acadêmica a realidade pela qual as mulheres gaúchas enfrentam no exercício de árbitras de futebol contempla a necessidade de discutir as relações de gênero e poder no esporte, visto que as diferenciações entre feminino e masculino, em grande parte das produções acadêmicas, centram suas atenções a outros campos de pesquisa, como a política, a tecnologia etc.

Ao encontrar poucos estudos que discutam a representatividade feminina em cargos de poder no futebol, especialmente na arbitragem, percebemos a necessidade de por em pauta essa discussão. Temas referentes ao sexo feminino enquanto desportista, por exemplo, estão contemplados em diversos materiais acadêmicos já publicados, no entanto, o exercício em cargos de chefia ainda é uma abordagem pouco explorada. Para entendermos essa insuficiência, trazemos Pinto (2009) que, ao referenciar Phillips (1996) sobre sua reflexão em torno da presença da mulher no campo político, nos dá justificativas para trazermos à tona essa discussão.

Mesmo tratando especificamente do campo político, faremos alusão ao esporte no que tange à necessidade da discussão em torno da mulher e sua participação em cargos de chefia no futebol. Para Phillips (1996), é possível que temas referentes à mulher na política sejam

⁶Disponível em <https://goo.gl/mbEoRQ>. Acesso em 26/10/16.

tratados mesmo sem que haja, necessariamente, a presença dela. Em suma, pode ser que haja defensores do feminismo em um parlamento sem mulheres, por exemplo.

Quando a política das idéias (*sic*) é tomada isoladamente do que eu chamarei política de presença, ela não dá conta adequadamente da experiência daqueles grupos sociais que, em virtude de sua raça, etnicidade, religião, gênero, têm sido excluídos do processo democrático. Inclusão política tem sido cada vez mais – e eu acredito que acertadamente – vista em termos que pode ser concretizada somente por política de presença (PHILLIPS, 1996, p. 146 apud. PINTO, 2009, p. 18).

Se, por um lado, a presença da mulher na política mesmo sem sua representação física existe, mas é limitada, no futebol é ainda mais reduzida. O campo político necessariamente precisa dissertar sobre questões que interfiram na realidade dos cidadãos como um todo. No esporte e, especialmente, no futebol, os objetivos e interesses vão em outra direção, essas que são, na maioria das vezes, baseadas em resultados palpáveis, práticos. Por esse imediatismo em respostas pelo qual o esporte clama, é considerado um campo de entretenimento e diversão, distante da realidade de se discutir teoricamente elementos que compõem a realidade acerca do futebol, não apenas dentro das quatro linhas. A abordagem em torno de questões referentes ao futebol deve ir além dessas discussões práticas e, portanto, discutir as relações de gênero em cargos de chefia no futebol corresponde a um âmbito de pesquisa competente ao desenvolvimento acadêmico de quem o exerce.

4. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Para dar a base teórica ao presente trabalho, temos Lúcia Santaella (2010) e suas determinações sobre a pesquisa em comunicação, estudada a partir de sua obra “Comunicação e Pesquisa”. A autora disserta a respeito dos métodos de pesquisa trazendo à luz da abordagem teórica de determinados trabalhos. No entanto, no presente projeto foi desenvolvido um material prático e experimental na pesquisa em comunicação. Para tanto, trazemos os conceitos dados pela autora fazendo alusão à realidade na qual o projeto foi desenvolvido.

Para entender a metodologia desenvolvida no presente projeto, passemos inicialmente à compreensão sobre métodos. “O método é o caminho a ser percorrido, demarcado, do começo ao fim, por fases ou etapas” (RUDIO, 1992, p. 15 apud. SANTAELLA, 2010, p. 85). Em suma, é a elaboração, consciente e organizada, dos diversos procedimentos que nos orientam para realizar o ato reflexivo. De acordo com Demo (1985), os métodos de pesquisa existentes são: dialético, empirismo, positivismo, estruturalismo e o sistemismo.

Em nosso projeto experimental, contemplamos a noção do método empírico que, segundo Santaella (2010), foi originado a partir da busca pela superação da especulação teórica em prol da observação empírica, na qual pode-se incluir o teste experimental e a mensuração quantitativa. O método empírico pode apresentar os seguintes propósitos: “(A) colecionar e categorizar os fatos objetivos ou dados; (B) levantar hipóteses para explicá-los; (C) eliminar, tanto quanto possível, qualquer interferência de elemento humano nesse processo; (D) construir métodos experimentais para testar e provar ou refutar a confiabilidade dos dados e das hipóteses” (FISKE, 1990. p. 135 apud. SANTAELLA, 2010, p. 87). Nesse projeto, agarramo-nos aos propósitos mencionados nos itens A e B para desenvolver o material.

Em seu texto, Santaella (2010) denomina a pesquisa experimental como aquela que “formula hipóteses prévias de verdade e métodos explícitos de verificação” referindo-se, aqui, às análises voltadas especialmente às Ciências Exatas e Biológicas, nas quais

submete o fenômeno à experimentação em condições de controle, cuidando da validade interna das hipóteses para extrair leis, fazer generalizações e elaborar teorias explicativas do fenômeno observado (SANTAELLA, 2010, p. 90).

De acordo com a autora, para ser experimental a pesquisa deve demonstrar uma relação de causa e efeito entre duas variáveis. Essas variáveis dividem-se entre independentes (causas) e dependentes (efeitos). O exemplo dado por Santaella é que pode-se “estruturar uma pesquisa experimental para verificar se o aluno estudioso (variável independente) é o que sabe (variável dependente)” (p. 90). Em nosso projeto, tivemos a pretensão de verificar as possibilidades acerca do cargo de árbitro de futebol no Rio Grande do Sul e seu espaço designado de acordo com os gêneros.

No que se refere à atuação profissional da mulher no mercado de trabalho, trazemos à abordagem teórica as atribuições dadas por Gilles Lipovetsky em sua obra “A terceira mulher: permanência e revolução do feminino”. No esforço da apresentação narrativa, o autor tem o objetivo de demonstrar as três etapas pela qual a mulher passou em seu desenvolvimento social e profissional, começando pela primeira mulher (a mulher depreciada), passando à segunda mulher (enaltecida) e chegando, na contemporaneidade, à terceira mulher (indeterminada). O autor também contribui em nosso trabalho sobre temas referentes ao exercício profissional e sua distinção diante dos gêneros, além das relações de poder entre o masculino e feminino.

Quanto à construção social da mulher e a emergência da indistinção entre os gêneros e relações de poder, Guacira Louro (2003) e sua obra “Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista” dá o aporte teórico necessário para problematizar a dissonância entre os gêneros. Trazer à luz do projeto a abordagem heterogênea sobre a atuação da mulher na arbitragem gaúcha dá-se no intuito de entender sobre as perspectivas de cada indivíduo. Céli Regina Pinto (2009) cita Iris Young e sua conceituação a respeito do termo “perspectiva”. Segundo a autora, conviver em um contexto dá ao indivíduo, naturalmente, atribuições para a discussão de determinados assuntos, conforme o exemplo:

Um homem asiático-americano que cresceu em um bairro predominantemente afro-americano, que tem muitos amigos afro-americanos e que trabalha em um serviço comunitário com afro-americanos, por exemplo, pode ser capaz de representar uma perspectiva afro-americana em muitas discussões, mas a maioria dos homens asiático-americanos não poderia, porque eles são muito diferentemente posicionados (YOUNG, 2000, p. 148 apud. PINTO, 2009, p. 18).

A partir dessa afirmação, pensemos sob duas óticas que a participação da mulher no esporte pode ser naturalizada: por ela e por quem está inserido em uma realidade feminina. Uma mulher, nascida em berço cuja família sempre esteve envolvida no futebol, que cresceu em contato com os gramados e que, de alguma forma, mesmo que não como jogadora, quis manter-se próxima a essa realidade, estudou e tornou-se árbitra de futebol. Para ela, nada mais do que um desenvolvimento de sua capacidade física e intelectual para trabalhar com o esporte. A outra ótica dessa discussão se dá em cima do homem que convive com mulheres, cresceu em um ambiente dominado por mulheres e vendo o desenvolvimento de suas vidas e/ou carreiras. Sendo assim, para ele, ver uma mulher exercendo um ofício que, inicialmente, era exclusivo aos homens, é algo recorrente e naturalizado devido à presença feminina em seu contexto. Apoiado sobre o conceito de Young (2000 apud. PINTO, 2009), esse indivíduo pode abordar de maneira genuína e com qualidade de conhecimento temas referentes ao gênero, ao movimento feminista, ao trabalho das mulheres, entre outras temáticas que homens e, inclusive, mulheres que cresceram em um ambiente machista não poderiam argumentar sobre.

4.1 METODOLOGIA APLICADA

A compreensão a respeito da baixa representatividade das mulheres no Rio Grande do Sul deve ser tratada sob a perspectiva de quem está inserido nesse contexto. Tendo em vista

que um dos objetivos específicos do projeto experimental é apresentar essas percepções a partir de diferentes ângulos, o vídeodocumentário tem como fontes três árbitros, duas mulheres e um homem, sendo que uma delas presta serviço à CBF; enquanto o homem e a outra mulher fazem parte do quadro apenas da FGF. Além deles, demos voz à unidade que representa os árbitros no estado (FGF) e a jornalistas que trabalham no âmbito esportivo.

Para dar o suporte teórico a respeito da representatividade da mulher no futebol, agarramo-nos a Dunning e Maguire (1997) e os entendimentos dados em sua obra “As relações entre sexos no esporte”. Como fora mencionado anteriormente, as pesquisas em torno da discussão de gêneros e esporte em cargos de chefia ainda são escassas. Apesar disso, temos dois materiais como principais fontes de informação acerca da história da mulher na arbitragem: Boschilia e Maurer (2004) e Farias (2014).

O enfoque experimental do projeto se dá em uma última abordagem, a qual Nichols (2009) denomina como triângulo da comunicação, onde, no documentário, existe relação entre a história do cineasta, do filme e do público. Nesse projeto, a última perspectiva a qual nos referimos é a da própria produtora do discurso, que faz parte da narrativa, relatando parte do universo da arbitragem feminina no futebol amador, na qual está inserida. De acordo com o autor, é recorrente o fato de o público procurar fazer assimilações do tema quanto à realidade de quem o produziu. Essa atenção voltada para o cineasta e o contexto de produção é uma das formas de discutirmos sobre o que se trata um filme.

Frequentemente, procuramos considerar como um filme se relaciona com o trabalho anterior do cineasta e com suas preocupações contínuas, com a maneira pela qual ele poderia compreender e explicar suas intenções e seus motivos e como essas considerações se relacionam com o contexto social geral no qual a obra foi realizada (NICHOLS, 2009, p. 94).

Com o intuito de caracterizar o tipo de documentário apresentado nesse projeto, é necessário que explanemos os dois exemplos de construção fílmica que estão na narrativa: expositivo e subjetivo. Para que tenhamos melhor compreensão acerca desses conceitos, temos Nichols (2009) como referência para explicar o que é e como se desenvolve o documentário expositivo e Lins e Mesquita (2008) a respeito do documentário subjetivo. De acordo com Nichols (2009, p. 142), o modo expositivo “dirige-se ao espectador diretamente, com legendas ou vozes que propõe uma perspectiva, expõe um argumento ou recontam a história”. A essas características também se atribui o uso de imagens como ilustração principal, que esclarecem, evocam ou contrapõe o que é dito. O modo expositivo figura em

nosso projeto pelo fato de ser, como afirma Nichols, o modo ideal para transmitir informações. E pode ser identificado no modo de apresentação dos depoimentos seguindo o enquadramento preferencialmente em primeiro plano, denominado pelo autor de *Talking Heads*, ou cabeças falantes (NICHOLS, 2009).

No que concerne à experimentação deste projeto, atribuímos algumas particularidades competentes ao documentário subjetivo e/ou ensaio fílmico. De acordo com Consuelo Lins e Cláudia Mesquita (2008), esse gênero não necessariamente está ligado sob a lógica de representar o outro, mas sim com o motivo da realização do documentário relacionado a aspectos da experiência pessoal e da subjetividade da própria realizadora do filme. Conforme sugerem as autoras, o modo subjetivo se trata de uma hibridação entre a pessoa que faz o documentário e o personagem que participa, pois não se trata “apenas de filmes em primeira pessoa, mas de filmes nos quais a pessoa do realizador se funde numa espécie de ‘personagem’ que protagoniza a busca” (p. 52). As histórias relatadas pelas pessoas-personagens não preexistem à filmagem, “mas são produzidas por um agir do documentarista; os realizadores devem, portanto, viver uma história (sendo dela personagens), para contá-la (como cineasta).”

A partir da abordagem que se atribui tanto ao modo expositivo quanto ao subjetivo, o presente projeto experimental tem, em sua essência, material suficiente que contemple a perspectiva que sugerimos tanto no objetivo geral quanto nos objetivos específicos. Isto é, a apresentação do universo da mulher na arbitragem do Rio Grande do Sul a percepção dessa realidade a partir de diferentes ângulos. Tendo em vista que o documentário subjetivo não exclui as entrevistas, ou seja, a “tradicional dicotomia sujeito-objeto” (LINS; MESQUITA, 2008), temos no relato do outro o instrumento para obtenção de informações para o desenvolvimento da pesquisa e na hibridação entre pessoa-personagem o caráter experimental.

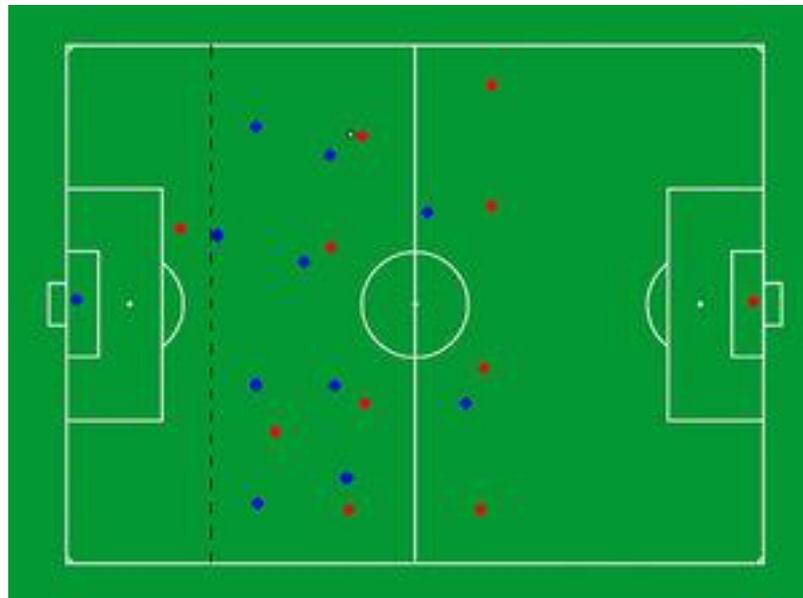
5. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

5.1. Pré-produção

Após o processo de construção teórica do projeto, executada durante o Trabalho de Conclusão de Curso I, entre março e junho de 2017, deu-se início o desenvolvimento da parte prática. Um dos primeiros passos foi a definição do título do vídeodocumentário. A palavra “impedida” faz referência a uma das regras mais complexas do futebol, o impedimento. Considera-se complicada, pois é reajustada pela Federação Internacional de Futebol (FIFA)

quase anualmente. De um modo geral e básico, o impedimento só acontece no campo de ataque de uma equipe. O jogador está nessa condição quando fica a frente do defensor do time adversário em jogadas de ataque/finalização. O propósito principal da regra é evitar que os atacantes fiquem perto demais da meta do adversário, apenas esperando receber a bola para fazer o gol. Cabe aos árbitros assistentes sinalizarem quando um jogador estiver impedido, pois devem sempre acompanhar a linha do último atleta do time que está no campo defensivo. Conforme mostra a figura 1, o time de vermelho está no ataque e o jogador mais próximo da linha de fundo do adversário está impedido.

Figura 1: Regra do impedimento



Fonte: <http://5coisas.org/5-regras-do-futebol/>

A regra do impedimento é constantemente mencionada pelo senso comum, especialmente por pessoas do sexo masculino, como forma de questionar o conhecimento das mulheres em relação ao futebol. Frases como: “Tá, mas tava impedido?” e “Entende de futebol? Então explica aí o que é impedimento” caracterizam o preconceito e o machismo latentes quando o sexo feminino é relacionado à modalidade esportiva em questão. O nome “Impedida?”⁷, com o ponto de interrogação, faz uma afronta à todos que pelo menos uma vez não acreditaram no potencial de uma mulher em entender tanto quanto ou mais do que os homens sobre futebol. O ponto de interrogação também instiga o espectador a repensar e dar a atenção necessária

⁷ Link do documentário disponível em <https://goo.gl/idAIFy>.

sobre as discussões em torno do gênero e o esporte. O subtítulo “A arbitragem feminina no Rio Grande do Sul” explica e completa o nome do documentário.

Com o intuito de tornar o documentário heterogêneo, a partir de diferentes óticas profissionais e pessoais, foi definido logo no início que deveríamos contar com fontes de ambos os sexos e de diferentes eixos. Isto é, no âmbito da arbitragem, foi dada atenção para que escolhêssemos pessoas que estão em estágios diferentes da carreira. Para tanto, contatamos três profissionais da categoria A da Federação Gaúcha de Futebol (FGF), estágio mais alto no estado: Luiza Reis, Andreza Mocelin e Éder Zanella. Entre eles, Luiza está um passo a frente, pois faz parte do quadro da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), etapa mais alta de ascensão em âmbito nacional.

Também na esfera da arbitragem, foi de suma importância dar voz à entidade que gerencia a arbitragem profissional no estado, a FGF, representada por seu diretor executivo, Luiz Fernando Gomes Moreira. Se contássemos apenas com árbitros(as) para compor a narrativa do documentário, correríamos o risco de defender uma ideia comum, acentuada com o olhar subjetivo da executora do projeto e, com isso, iríamos na contramão do pressuposto inicial: apresentar diferentes percepções sobre a arbitragem feminina no Rio Grande do Sul.

A ideia inicial era contar com jornalistas de jornais impressos do estado, no entanto, o que se viabilizou foram dois jornalistas com perfil de atuação no audiovisual. Nesse sentido, as fontes que participaram do documentário, além de serem conhecidas, também possuem credibilidade com o público, esta construída pelo trabalho prestado nos diferentes veículos de comunicação e pelo tempo na área de atuação.

A inserção de jornalistas esportivos no documentário se deu com dois objetivos: mediar as falas dos profissionais da arbitragem e apresentar o ponto de vista de quem produz o discurso sobre a repercussão da atividade de arbitragem. Assim como no âmbito da arbitragem, foi dada atenção para que pessoas de ambos os sexos manifestassem suas percepções. Além disso, outro cuidado foi quanto a ligação das fontes com os veículos de comunicação, a fim de que elas fossem contratadas por emissoras diferentes. A precaução referente aos veículos de comunicação se dá uma vez que, dependendo da emissora, o profissional não tem a permissão de dizer o que quer, expor sua opinião, falar livremente sem qualquer ligação com seu contratante. Essa interferência do veículo na forma de pensar e agir do jornalista que tem vínculo empregatício com ele se refere ao que Breed (1955, apud TRAQUINA, 2005) denomina inicialmente como teoria organizacional. O jornalista se adapta à política editorial da organização por meio de uma lógica sutil e nem sempre bem clara de recompensas e punições, uma vez que a linha editorial é criteriosamente seguida e a descrição da dinâmica

sócio-cultural da redação sugere explicações para esse conformismo (TRAQUINA, 2005). Em suma,

Segundo a teoria organizacional, o trabalho jornalístico é influenciado pelos meios de que a organização dispõe. Assim, essa teoria aponta para importância do fator econômico na atividade jornalística. [...] o fator econômico é determinante na resposta dada à pergunta porque as notícias são como são (TRAQUINA, 2005, p. 158).

O primeiro jornalista, Fabiano Baldasso, atualmente não está ligado a nenhum veículo de comunicação, porém atuou por mais de duas décadas na área e passou pela Rádio Gaúcha, RBS TV, Grupo Bandeirantes e Atlântida. Desde 2016, tomou a decisão de afastar-se do jornalismo esportivo, assumir seu time de coração e trabalhar com entretenimento. Depois de nove meses na rádio Atlântida, Baldasso deixa o veículo e passa a se dedicar integralmente ao Internacional, onde atualmente usa como principal veículo de informação e trabalho a internet, através de suas redes sociais. O convite feito a Baldasso para compor o documentário justifica-se por seu amplo currículo nos diferentes veículos de comunicação do estado e pelo engajamento nas redes sociais. O fato de hoje ele estar ligado a um clube não interfere na escolha da fonte, pois o tema está centrado na arbitragem feminina, não na prática esportiva como um todo.

A outra jornalista, Débora de Oliveira, foi contatada com a intenção de fazer contraste com as análises de Baldasso, visto que ambos vivem momentos diferentes na carreira. Com mais de 15 anos de experiência profissional, Débora iniciou a carreira na Rádio ACB 900, passou pelo Grupo Bandeirantes, RBS TV e atualmente comanda o programa SBT Esporte RS, do SBT. A hipótese inicial era que provavelmente houvesse dissonâncias de interpretações no que se refere ao gênero na arbitragem, uma vez que demos voz a um homem e a uma mulher. A suposição inicial foi comprovada e é bem salientada no desenrolar do documentário.

Para contatar as seis fontes foram usados três canais de relacionamento: *E-mail*, *Whatsapp* e *Instagram*. A primeira fonte a ser convidada a participar do documentário foi o diretor executivo da FGF, Luiz Fernando Gomes Moreira. Em maio de 2017 a Federação foi contatada via e-mail para que, se possível, disponibilizar alguém que estaria disposto(a) a falar em nome da organização. Imediatamente o retorno foi feito e a entrevista marcada. Diferente do *Facebook* e do *Twitter*, por exemplo, o *Instagram* é uma das redes sociais que mais facilita a aproximação do público com pessoas públicas. Desde que me inseri na arbitragem, passei a acompanhar profissionais da área pelo aplicativo e interagir com eles. As

duas árbitras, Andreza Mocelin e Luiza Reis, foram convidadas via *Instagram*, por *direct*. Com elas, o retorno também foi imediato. O segundo contato foi via *e-mail*, por onde passei toda a pauta e demais informações necessárias sobre o documentário. Posteriormente, o contato com Andreza seguiu por *direct* do *Instagram* e com Luiza passou a ser via *Whatsapp*.

A escolha pelas árbitras mulheres a participarem do projeto não foi difícil, uma vez que não havia muitas possibilidades, pois atualmente apenas seis mulheres compõem o quadro da FGF, sendo três da categoria A. Em outro contexto, para escolher o representante masculino da arbitragem havia mais de 200 nomes. Devido ao vasto leque de escolha, foi solicitado à Luiza algumas sugestões de árbitros antigos que ainda não fizessem parte da CBF e que poderiam conversar a respeito do tema. Três nomes foram sugeridos por ela e, no segundo contato tentado, havíamos mais uma fonte confirmada: Éder Zanella. A relação com o profissional foi feita unicamente via *Whatsapp* e mensagens de texto (SMS).

Por não ter tido nenhum contato anterior com Débora de Oliveira, foi mandado um *e-mail* para sua assessoria de imprensa fazendo o convite. Antes de efetivarmos a entrevista, foi solicitado um pedido de autorização ao chefe da emissora, SBT, para que a jornalista pudesse conversar a respeito do tema. Após a formalidade inicial, mantivemos contato via *direct* no *Instagram*. Devido a sua ativa participação nas redes sociais, Débora foi o primeiro nome da televisão a ser pensado para participar do documentário. No entanto, ficamos longo período sem obter respostas e as jornalistas Alice Bastos Neves e Eduarda Streb também foram convidadas. Também sem ter retorno das duas últimas, Débora continuou sendo o foco e pudemos marcar a entrevista sem demais preocupações.

Diferente dos demais, o contato com Fabiano Baldasso foi, desde o início, via *Whatsapp*. Este foi facilitado, pois já havíamos tido contato em outras oportunidades. Por volta de 2014, logo em meu primeiro ano no curso de Jornalismo, Baldasso inovou na profissão e abriu um grupo no *Whatsapp* apenas com estudantes de Jornalismo que tinham o objetivo de trabalhar com esportes. Obviamente, o nome do grupo era “Jornalismo Esportivo”, que agora é extinto. Apresentei-me novamente ao jornalista, falei sobre a pauta e o convite foi aceito imediatamente.

O roteiro de perguntas foi elaborado quando havíamos três nomes confirmados para compor a narrativa: as duas árbitras, Andreza Mocelin e Luiza Reis, e o diretor executivo da FGF, Luiz Fernando. As perguntas para os demais entrevistados, os jornalistas e o árbitro homem, foram pensadas mesmo sem termos as confirmações, o que não interferiu no processo, pois o sentido continuaria o mesmo. A primeira versão do roteiro de perguntas contava com cerca de 30 questões para cada entrevistado. Após três tratamentos no roteiro de

entrevistas, as perguntas foram melhor elaboradas e reduzidas, ficando entre 15 e 23, o que dependia do entrevistado e do direcionamento da conversa.

6.2. Produção

O processo de produção do documentário propriamente dito se deu em quatro cidades: São Borja, Porto Alegre, Caxias do Sul e Alegrete. De todas as imagens de apoio, as primeiras a serem capturadas foram em São Borja, para representar o lado não-profissional da arbitragem, referido como várzea. Esses vídeos, na qual aparece a realizadora do projeto, fizeram parte da reportagem intitulada “O machismo que ninguém vê”, produzida pela estudante do 6º semestre do curso de Jornalismo, Louise da Campo. As imagens foram capturadas antes de ser definido que o documentário seria expositivo e subjetivo, sendo cedidas com direitos autorais.

As entrevistas aconteceram entre 24 e 26 de julho de 2017. Esse período foi definido com antecedência, pois o tempo para o contato efetivo com as fontes era restrito. Por conta de compromissos profissionais fora da universidade, não poderia ficar muito tempo distante de São Borja, o que compactou as possibilidades de execução das entrevistas.

Pelo fato de a última semana de julho ser período de férias na Unipampa, não pudemos contar com os materiais disponibilizados pela instituição. Todos os equipamentos foram emprestados pelos estudantes de Publicidade e Propaganda, Giulia Junges e Ítalo Bicca, que trabalham com audiovisual há alguns anos. O embarque à primeira parada, Porto Alegre, aconteceu no dia 23 de julho, às 22h. Para a viagem, contamos com uma câmera Canon T2i, dois tripés, uma câmera GOPRO, uma luz de *led*, três baterias e quatro cartões de memória, emprestados por Giulia, além de um microfone de lapela, cedidos por Ítalo.

Todos os áudios foram captados por um celular, através do microfone, para que, posteriormente, fossem sincronizados à imagem da câmera principal. A câmera Canon T2i foi utilizada para as entrevistas e coleta de imagens de apoio em detalhe. Enquanto a GOPRO foi útil para os *takes* com planos gerais. A ideia inicial para utilização da GOPRO era fazer uma imagem de cada fonte em seu ambiente de trabalho, para situar o espectador sobre a narrativa do documentário. As imagens foram feitas, no entanto, apenas dois dos seis entrevistados estavam em seu local de serviço durante a captura dos vídeos. Conforme é possível observar nas imagens abaixo⁸:

⁸Todas as imagens estão cruas, sem edição.

Imagem 1: Débora de Oliveira em seu ambiente de trabalho, o SBT



Fonte: produzida pela autora

Imagem 2: Luiz Fernando Moreira na Federação Gaúcha de Futebol (FGF)



Fonte: produzida pela autora

Apenas Débora de Oliveira e Luiz Fernando Moreira estavam em seus locais de trabalho que têm relação com o futebol. Os três árbitros que compõem o documentário não tinham nenhum jogo durante os dias em que as entrevistas foram feitas, pois elas aconteceram entre segunda e quarta-feira. Fabiano Baldasso, por sua vez, não possui mais um único ambiente para trabalhar, pois, como já mencionado, hoje seu foco é nas redes sociais. Por conta da

linguagem utilizada pelo profissional, que além dos textos opinativos conta com vídeos curtos, os materiais podem ser feitos e postados de qualquer lugar.

Imagem 3: Andreza Mocelin no estúdio de pilates em que trabalha



Fonte: produzida pela autora

Imagem 4: Luiza Reis no Centro Estadual de Treinamento Esportivo (CETE)



Fonte: produzida pela autora

Imagem 5: Éder Zanella no Parque dos Macaquinhos, em Caxias do Sul



Fonte: produzida pela autora

Imagem 6: Fabiano Baldasso em sua casa (Caxias do Sul)



Fonte: produzida pela autora

As entrevistas com as fontes aconteceram em Porto Alegre e Caxias do Sul. No primeiro dia, segunda-feira (24), encontramos Andreza Mocelin em seu outro local de trabalho que não os gramados: o estúdio de pilates (imagem 3). O material bruto da entrevista ficou em 19'50'', além das imagens de apoio capturadas durante seu treino de musculação. No mesmo dia, no período da tarde, encontramos Luiz Fernando Moreira na sede da Federação Gaúcha de Futebol (FGF) (imagem 2). O material completo conta com 18'34'', sem contar os vídeos

feitos dentro e fora da FGF, na qual é apresentada a entidade. Ambas as entrevistas foram feitas em Porto Alegre e o estudante de Relações Públicas da Unipampa, Gabriel Bolzan, auxiliou na produção.

Também em Porto Alegre, na terça-feira (25), fui à sede do SBT, no Morro Santa Teresa, para a entrevista com Débora de Oliveira (imagem 1). Após assistir seu programa diário, o SBT Esporte, a entrevista foi feita na emissora, completando o tempo de 15'26'', sem adicionar as imagens de apoio capturadas durante a apresentação do programa. Logo em seguida, no mesmo bairro, Menino Deus, aconteceu a entrevista com Luiza Reis, no Centro Estadual de Treinamento Esportivo (CETE) (imagem 4). O material bruto conta com 17'11'', além dos vídeos durante seu treino funcional. Ambas as entrevistas foram feitas sem auxílio de terceiros.

No terceiro e último dia de captura das entrevistas o local foi Caxias do Sul. A conversa com a primeira fonte, o árbitro Éder Zanella, aconteceu no Parque dos Macaquinhos (imagem 5) e durou 16'23'', sem acrescentar as imagens feitas durante seu treinamento funcional. Assim que a entrevista foi finalizada, o encontro com o jornalista Fabiano Baldasso deu-se em sua residência (imagem 6), totalizando 22'33'' de conversa. O último entrevistado é o que conta com menos imagens de apoio pelo mesmo motivo que fora comentado anteriormente: o fato de não haver um local específico de trabalho e exercer uma atividade autônoma. As entrevistas com Zanella e Baldasso foram as únicas que tiveram pequenos problemas técnicos. Ambas foram interrompidas por excederem o espaço disponível nos cartões de memória utilizados, no entanto, o contratempo não prejudicou a produção. Neste dia, o jornalista Rodrigo Nogueira auxiliou na produção.

Para representar o caráter experimental do projeto, como já mencionado anteriormente, o documentário é expositivo e subjetivo. No que tange à subjetividade do produto, as primeiras imagens foram cedidas por Louise da Campo, através de uma reportagem já citada anteriormente. Além delas, em 14 de outubro outros vídeos foram capturados para demonstrar a realizadora do projeto. Neste dia, foram feitas imagens com um *drone* na intenção de representar solidão, visto que uma das justificativas do documentário é o baixo número de mulheres na arbitragem, tanto no âmbito profissional quanto no da várzea. As imagens foram feitas pela empresa de produção audiovisual Zelo Marketing, no campo da Ascomvilca, no bairro do Tiro, em São Borja.

Imagem 7: Realizadora do projeto no campo da Ascomvilca, em São Borja/RS



Fonte: Zelo Marketing

As últimas imagens do documentário foram capturadas no Estádio Municipal Farroupilha, em Alegrete, no dia 4 de novembro. Os vídeos feitos no local completam a narrativa ao representar a torcida e a arbitragem do lado de fora, que até então não haviam aparecido, além do estádio de futebol em si, pois até o momento o único campo que aparecera tinha sido o da Ascomvilca, sem marcação e com as traves sem redes. A escolha pelo local é justificada pela proximidade da executora do projeto com a cidade, tendo em vista que é onde nasceu, conheceu o futebol e, em 2016, começou a trajetória na arbitragem.

Imagem 8: Estádio Municipal Farroupilha, em Alegrete/RS



Fonte: produzida pela autora

6.3. Pós-produção

O total das entrevistas somou 1 hora 50 minutos 10 segundos. No entanto, a orientação inicial era que o documentário tivesse entre 10 minutos e 15 minutos, nesse tempo, contabilizar a inserção do subjetivo no produto. O primeiro passo para a edição das imagens foi a montagem do roteiro⁹, que auxiliou na produção e foi utilizado até o último tratamento. A primeira versão contava com 27 páginas e o produto estava em aproximadamente 48 minutos. Após as primeiras orientações, diminuimos o roteiro a 15 páginas, depois 12, até chegarmos à versão final com 11 páginas de roteiro e 13'08'' de filme.

Para atingir esse tempo, segmentamos o documentário em seis blocos: introdução, questão física, gênero no futebol, oportunidades, repercussão na mídia e finalização. Diferente de outros vídeodocumentários já produzidos por estudantes da Unipampa, especialmente nos Componentes Curriculares de Telejornalismo III e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), a pretensão era que subtítulos não aparecessem. Para que os blocos ficassem bem distinguidos, em cada novo sub-tema houve a inserção da produtora do discurso, caracterizando o caráter experimental. Em alguns trechos é perceptível apenas o *OFF* e em outros o *OFF* seguido de imagens na qual a dona da *voz-over* aparece. A ideia inicial era que os jornalistas mediassem a narrativa entre os árbitros e a FGF, no entanto, as entrevistas não saíram tal qual o previsto no roteiro de perguntas e a inserção deles em cada início de bloco foi abortada.

Em algumas inserções do documentário as fontes relatam sobre acontecimentos do passado, bem como a produtora do discurso ao falar sobre a arbitragem feminina na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul e sobre a história da mulher nessa atividade. Para compor visualmente a narrativa, foi necessário recorrer a outros métodos que não as imagens de apoio captadas durante o período de produção do filme. Logo no princípio, no primeiro *OFF* (00:53), foi utilizado um GIF animado para representar, de maneira clara e atrativa, os 210 árbitros da FGF que foram mencionados. Na oração seguinte (00:59) foi inserido o mapa do Rio Grande do Sul em branco e os ícones de localização em laranja, tradicionalmente usados em aplicativos como o *Google Maps*, cujo propósito é destacar os municípios da região que fora comentada. A transição que finaliza o trecho e liga à imagem seguinte, em *fade out* preto, foi propositalmente alterada para dar uma impressão dramática à narrativa. O tempo padrão de transições como a que foi utilizada é de 00:01:00, no entanto, neste momento foi alterado para 00:03:20, como se a narrativa se dissolvesse na imagem.

⁹O roteiro pode ser acessado através do link: <https://goo.gl/4znhRp>.

Em trechos seguintes, nas falas do jornalista Fabiano Baldasso e dos árbitros Éder Zanella e Luiza Reis, recorreremos a *screenshots (prints)* para representar o que foi falado. Na fala de Baldasso, ele comenta sobre a inquietação a respeito de como a mulher na arbitragem é seguidamente repercutida na mídia. Para tanto, foram postas manchetes de diferentes portais jornalísticos e de entretenimento cujo fato noticioso representado era a respeito de características físicas das profissionais da arbitragem, não sobre suas atuações. A linguagem visual dos *screenshots* também foi utilizada quando Éder e Luiza comentam sobre jogos que os tenha marcado na repercussão pós-partida. Nesse trecho, é interessante perceber que a repercussão do jogo em que Luiza foi destaque por sua atuação o nome dela sempre protagonizou as manchetes; enquanto, por outro lado, o nome de Éder foi apresentado apenas no desenrolar dos textos, pois no título a atenção era voltada ao jogo e não à arbitragem¹⁰.

Imagens retiradas da internet também foram necessárias para compor a narrativa. Quando Éder comenta sobre mulheres que abriram as portas para uma maior representação feminina na atividade (04:51), foram inseridos vídeos antigos das profissionais mencionadas (Ana Paula de Oliveira, Tatiane Sacilotti, Fernanda Colombo, Sílvia Regina de Oliveira). Pelo fato de as imagens não serem provenientes de canais oficiais, na qual foram transmitidos pela primeira vez, a referência colocada foi apenas da internet, sem ligar às emissoras responsáveis. No caso de Ana Paula e Fernanda, foram usados vídeos com os áudios originais para ambientar o espectador sobre a pressão exercida em cima das profissionais. O volume dos áudios foi diminuído em -15 para não sobrepor a fala de Éder. Já no caso de Tatiane, não foi encontrado nenhuma imagem audiovisual em que ela aparecesse bem. Por conta disso, recorreremos à fotografia.

No trecho que antecede o bloco que fala do gênero no futebol (05:53), foi de suma importância apresentar o início da história da mulher na arbitragem. Dedicamos o período inteiro para comentar brevemente sobre Léa Campos, a primeira árbitra do mundo. Devido ao período em que atuou, entre o final dos anos 60 e início dos anos 70, não foram encontrados vídeos. Por conta disso, foram utilizadas fotografias de Léa para compor a narrativa, as quais também não foram encontradas em alta qualidade. No bloco seguinte, que antecede a discussão sobre a repercussão na mídia, também foram utilizadas imagens da internet. Dessa vez em vídeo, apresentando as estrelas do futebol, que fazem contraste com a realidade não-glamourosa dos profissionais da arbitragem. Aparecem no trecho imagens da primeira conquista de Copa do Mundo da Seleção Brasileira, em 1958, da final da *Champions League*

¹⁰As matérias mencionadas podem ser conferidas através dos links <https://goo.gl/M6Ry2f>; <https://goo.gl/uVbi77>; <https://goo.gl/gVnycc>; <https://goo.gl/zQoWrt>. Acesso entre setembro e outubro de 2017.

de 2016, na qual os jogadores do Real Madrid erguem a raça de campeões, e da torcida do *Liverpool Football Club*, uma das mais apaixonadas do mundo.

As imagens das entrevistas e as de apoio, como mencionadas anteriormente, foram captadas com a câmera Canon T2i, com a ferramenta *CineStyle*, anteriormente instalada. Essa ferramenta deixa o aspecto da imagem “lavado”, sem muita saturação e com as cores em tons pastel. Essa apresentação foi escolhida propositalmente para que, no momento da edição final, fosse aplicado um filtro comum a todas as imagens, para que houvesse unicidade de cores e balanços. Diferente das demais fontes, a imagem de Luiza Reis precisou de tratamento específico. Devido ao lugar onde a entrevista foi captada, o balanço entre os brancos foi prejudicado e o brilho e contraste não estavam agradáveis visualmente. O brilho da imagem foi ajustado para +17 e o contraste para +32. O filtro utilizado em todas as imagens captadas pela câmera Canon T2i foi o CG_War 1, enquanto as imagens da internet e das que foram captadas em Alegrete, com outra câmera, não sofreram alteração. A vinheta foi feita sobre uma das imagens captadas pelo *drone*. A responsável por essa produção foi a estudante de Publicidade e Propaganda Giulia Junges, que utilizou o programa Adobe AfterEffects.

Para o GC, a tentativa foi de fugir do padrão tradicional que remete ao telejornalismo, na qual é perceptível de maneira recorrente uma cor em cima e outra embaixo, geralmente na forma retangular. Para tanto, foi utilizado um dos elementos símbolo da arbitragem: o apito. O cordão do instrumento separa o nome dos entrevistados das suas ocupações. Os cartões amarelo e vermelho também foram avaliados, mas vetados, pois já haviam sido utilizados na série especial do Esporte Espetacular apresentada entre junho e julho de 2017, intitulada “Árbitros”¹¹. A bandeira, instrumento dos árbitros assistentes, também não foi utilizada por limitar aos bandeirinhas a atuação da arbitragem. Ao depender do entrevistado, o GC foi disposto tanto na esquerda quanto na direita e, em alguns momentos, foi inserido sombreamento na fonte para melhor visibilidade das informações. A fonte escolhida para a apresentação foi a *Eras Medium ITC*, sendo o tamanho 52 para os nomes e 45 para as ocupações. A escolha da fonte se deu por ela não ter serifa e com cantos arredondados para garantir uma boa legibilidade. Nos *screenshots* abaixo é possível enxergar os GCs com sombreamento.

Imagem 10: GC de Luiza Reis

¹¹ Disponível em <https://goo.gl/ZPEv9y>. Acesso em: 21. nov. 2017.



Fonte: produzida pela autora

Imagem 11: GC de Andreza Mocelin



Fonte: produzida pela autora

Imagem 12: GC de Luiz Fernando Moreira



Fonte: produzida pela autora

O último tratamento foi a inserção das trilhas. A ideia inicial era de utilizar músicas que caracterizem o Brasil, seja com percussão de samba ou batidas de MPB. Apesar de se tratar da arbitragem feminina especificamente no estado do Rio Grande do Sul, usar músicas dessa região não contemplariam o produto final como havia sido desenhado pela produtora. Por problematizar a questão do gênero no futebol, que representa resistência e empoderamento, diversas músicas com cantoras que defendem a causa do feminismo foram procuradas. Elza Soares, Joyce e Elis Regina foram alguns nomes tentados para o documentário, mas nenhuma delas casou com as imagens. Foi então que na penúltima semana de edição do documentário a trilha perfeita para finalização foi encontrada. Foi utilizada a música “Futebol e Mulher”, da banda Eddie, cuja mistura os gêneros samba, com frevo, rock e eletrônica. O trecho que se repete durante as falas finais é o início da trilha, que tem acordes de baixo e violão, seguidos da composição “É assim que ela é: metade futebol, metade mulher”. Além dessa trilha, durante as inserções da *voz-over* no documentário, foi posto uma percussão de samba de raiz, a fim de representar a identidade brasileira e não deixar o filme monótono. Isso fez com que a representação da arbitragem no futebol profissional e no futebol amador ficasse bem salientada e distinta.

6. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE PRODUÇÃO

De um modo geral, o processo de produção do documentário nos surpreendeu de maneira positiva. Perceber que apesar de estarmos inserida nesta realidade o que estava a frente do nosso alcance não representava 1% do contexto da arbitragem feminina no Rio Grande do Sul, nos fez admirar ainda mais a linguagem audiovisual e a atividade de árbitra. É apenas saindo de nossa zona de conforto, mesmo que não seja tão confortável assim, que podemos falar sobre determinado assunto com segurança. Durante esses nove meses de produção do filme, tivemos plena certeza que trabalhar com documentários é uma experiência incrível, que nos leva à outra dimensão, mesmo que a que fora retratada no filme seja bem próxima a nossa realidade.

Sobre questões técnicas durante o processo de produção, tivemos muita sorte. Apesar da paixão pela produção audiovisual, não dispomos de nenhum material que possa contribuir, apenas um celular, que também auxiliou na produção ao captar os áudios dos entrevistados. O principal contratempo que poderia ter interferido na produção é o fato de as entrevistas terem sido captadas durante o período de férias da Unipampa, ou seja, não pudemos contar com nenhum material da Instituição. Por conta disso, devemos a produção deste documentário à acadêmica Giulia Junges, que confiou e disponibilizou quase todo seu equipamento técnico.

Mesmo estando apenas com uma câmera principal e um microfone, tivemos a sorte de que os dois materiais contribuíssem e funcionassem de maneira perfeita durante as conversas com as fontes. A única falha técnica que é perceptível e que poderia ter sido melhorada durante a gravação é a entrevista com a árbitra assistente Luiza Reis. A imagem ficou escura e em seu rosto refletiu a janela da sala onde estávamos, o que deu um tom amador à imagem.

Durante a produção desse documentário, como mencionado logo no início deste relatório, desenvolvemos as experiências de produção audiovisual e atividade de árbitra. Diferente do que possa parecer óbvio, saber das facilidades e restrições explícitas e implícitas da mulher na arbitragem aguçaram ainda mais a vontade de crescer na carreira. Quebrar protocolos de entidades gigantes como a Federação Gaúcha de Futebol (FGF) e a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) não é algo que está ao alcance, nem é o objetivo principal. A meta, daqui pra frente, é mostrar com competência e dedicação que nós, pessoas do sexo feminino, devemos ocupar esse espaço do futebol que ainda é tão restrito. Se não for como árbitra, continuaremos no esforço de mostrar e problematizar essa realidade academicamente. As discussões em torno de gêneros e a modalidade esportiva do futebol não podem cessar, devem estar em pauta de maneira cada vez mais recorrente, pois é uma problemática emergente. Ou, como mencionado por Fabiano Baldasso, no documentário, talvez em um futuro próximo cheguemos a um nível de desenvolvimento social que nem discutiremos mais o gênero na arbitragem e no futebol, mas sim pessoas e futebol, sem distinção biológica.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal lição que pode ser extraída com a experiência de produzir este documentário é que nem tudo o que supomos é a hipótese verdadeira. Mesmo estando inserida no contexto da arbitragem feminina, não fomos capazes de perceber anteriormente o motivo principal pela qual ainda vemos poucas mulheres na arbitragem do futebol. A realidade sempre esteve em frente aos olhos, com números, mas por interferências subjetivas não havia sido constatada. Embarcamos em busca das fontes com um pressuposto inicial: não temos tantas mulheres na arbitragem por alguma restrição que iremos descobrir. No entanto, quatro das seis fontes mencionaram o contrário.

A Federação Gaúcha de Futebol (FGF), em seus protocolos que podem ser acessados pelo público em geral, não proíbe a participação de mulheres na arbitragem. Pelo contrário, incentiva a assistência com cursos e capacitações especialmente voltadas ao sexo feminino. Apesar dos estímulos da entidade, a pouca participação das mulheres se dá por conta da não procura delas mesmas pela atividade. Essa não era uma suposição inicial, pois, em nosso

mundo fechado que ama o futebol como um todo, várias mulheres teriam interesse em seguir a carreira. A narrativa acessada por este documentário provou o contrário. Essa realidade é perceptível não apenas na arbitragem profissional, mas também no âmbito amador, representado no filme. Depois que as pesquisas acerca da mulher na arbitragem profissional foram feitas, também pesquisamos nas várzeas da Fronteira Oeste do estado e, com surpresa, descobrimos que há uma única árbitra assistente em atividade nos campeonatos municipais, ou seja, a realizadora deste documentário. Jamais pensamos que cidades como Uruguaiana, por exemplo, que tem o curso de Educação Física, na Unipampa, não contava com mulheres nessa atividade. Em geral, o sexo feminino está representado no futebol amador da região, mas ele é observado apenas em cargos que não são de chefia e nos quais não utilizam força física para serem exercidos, como de mesárias¹² e componentes das Secretarias do Esporte ou demais entidades que promovem os campeonatos de várzea.

Apesar da procura da mulher para exercer a atividade de árbitra ser pouca em relação ao homem, através do discurso de algumas fontes é possível perceber outros fatores que possam justificar essa realidade. Os jornalistas Débora de Oliveira e Fabiano Baldasso têm interpretações que se opõe a respeito do que é tratado. Enquanto Débora atribui às próprias mulheres a responsabilidade da realidade apresentada, Baldasso vê na sociedade e na mídia barreiras para essa inserção.

Débora destaca em várias oportunidades, inclusive em partes que foram cortadas da edição final, devido ao tempo, que a participação da mulher em qualquer atividade em torno do futebol depende da dedicação e do talento da mesma. Para a jornalista, o espaço já está aberto e ele deve ser ocupado à medida que as mulheres sentem necessidade de estarem lá. Quanto à repercussão na mídia, a profissional defende a imprensa ao comentar que ela não pode ser responsável pelo prestígio ou descrédito de um árbitro de futebol, pois o jornalismo repercute o que acontece no jogo e as decisões tomadas pelo(s) árbitro(s) é de responsabilidade unicamente dele(s). Em um trecho que foi cortado da edição final, também no que se refere à repercussão da mídia, Débora comenta que as escolhas das árbitras podem interferir no que será comentado pela imprensa. Segundo a jornalista, cabe a elas escolherem se vão usar maquiagem e arrumar os cabelos, por exemplo e, conseqüentemente, serem notícia. Ou, por outro lado, também é de responsabilidade das profissionais da arbitragem irem ao jogo sem acessórios ou cosméticos para o que apenas seu trabalho seja percebido, não sua imagem.

¹² Pessoas responsáveis por lançar em súmula as inscrições dos atletas, cartões e demais providências legais.

Na contramão do que fora apresentado por Débora, Fabiano Baldasso sugere que a pouca participação da mulher na arbitragem expressa as consequências das imposições da sociedade e da mídia. O jornalista comenta, logo em sua primeira aparição no documentário, que o mundo em que ele viveu, do Jornalismo Esportivo, sempre apresentou um machismo muito bem caracterizado. Ao longo da conversa, cujos diversos trechos também foram cortados devido ao tempo, Baldasso comentou sobre casos em que a sociedade do futebol¹³ restringiu a participação da mulher na modalidade esportiva como um todo, seja ela como jornalista, árbitra, comentarista ou demais funções. No que se refere à repercussão na mídia, Baldasso ainda percebe e se sente incomodado com a forma em que as mulheres da arbitragem aparecem: onde se destaca sua beleza, simpatia, imagem, características físicas etc. Baldasso também salienta que a arbitragem deve ser sim comentada e repercutida como um todo, sem distinção de gêneros superando o modo como há anos vem sendo feita.

Os últimos parágrafos foram dedicados a destacar as percepções dos jornalistas acerca da mulher na arbitragem para demonstrar o quão desconstrutiva foi a produção do documentário. Primeiro por perceber que o baixo número de mulheres na atividade pode ser justificado pela pouca procura e, segundo, por identificar que os posicionamentos dos jornalistas são dissonantes entre si e entre suas próprias realidades. Ao contatá-los, não havíamos imaginado opiniões específicas, mas mesmo assim fomos surpreendidas. Surpreendidas com Débora, que em diversos momentos defendeu a meritocracia e mostrou, inclusive, certo machismo latente. O posicionamento de Débora foi espantoso pelo fato de ela ser mulher, provando, assim, que o sexo não tem tanta interferência nas opiniões quanto o contexto social pode ter. Também com Baldasso, que defendeu as mulheres e se mostrou um homem que apoia a resistência e a causa feminista. O que foi apresentado por ambas as fontes demonstra que o posicionamento independe do sexo, mas pode sofrer alterações influenciado por critérios da empresa pela qual se presta serviço.

Ao retornarmos às questões que interferem na pouca participação da mulher na arbitragem do Rio Grande do Sul, um motivo chamou atenção. Quando questionado sobre a inexistência de mulheres na arbitragem principal da FGF, esta que atualmente conta apenas com assistentes, o diretor executivo da entidade, Luiz Fernando Moreira, afirmou que desde que ocupa o cargo, há 14 anos, apenas uma mulher escolheu ser árbitra e rodou no teste físico. Esse trecho aparece no documentário, mas o que não aparece foi uma informação que ele contou em *off*: quando foi relatado que a realizadora deste do documentário tinha o objetivo

¹³ Jogadores, torcida, imprensa, arbitragem, entidades desportivas.

de ser árbitra principal, ele falou que isso não aconteceria, isso porque a estatura de apenas 1,64m é abaixo da norma, o que não consta nos editais do curso de formação disponíveis *online*. Com essa informação fica claro que, aos olhos do público em geral, a FGF dispõe de diversas “facilidades” para as mulheres estarem na arbitragem, desde que ainda não seja no papel de máxima autoridade, isto é, na assistência ou em cargos de menor visibilidade, como inspetoras de partidas, por exemplo. Essa restrição atinge as mulheres de maneira mais expressiva que os homens, pois obviamente, por questões biológicas, o sexo feminino tende a ter uma estatura mais baixa e possuir menos massa muscular que o masculino. Essa limitação, no entanto, não é um impedimento ao exercício da atividade, como as fontes comentam no bloco sobre a questão física, que inicia no minuto 1’30’’.

Com a produção deste documentário fica saliente a ideia de que nem tudo que parece é. Apesar de ter feito o projeto já estando inserida no contexto trabalhado, fomos surpreendidas em diversas oportunidades e foi possível aprender muito mais sobre gênero e a modalidade esportiva do futebol. Os questionamentos em torno da realidade da mulher na arbitragem vão além dos singelos 13 minutos de filme. Gostaríamos de poder ter apresentado a causa feminista ainda mais, dividindo em trechos que seguem de acordo com a experiência de cada pessoa. É injusto e incompatível conversar com duas árbitras brancas e magras, sendo ainda que uma delas tem características europeias que evidentemente podem ter facilitado sua inserção na atividade. Mas, aqui, justificamos o porquê da inexistência de uma mulher negra representando a arbitragem do estado: não existe. Atualmente, nenhuma negra faz parte do quadro da FGF. Nenhuma negra é jornalista esportiva no estado.

O documentário, por um lado, pode contribuir para a abertura do horizonte acerca da causa feminista; mas, por outro, evidencia a carência de problematizações já pautadas há muito tempo na academia. Essa percepção, de que poderíamos ter desenrolado o projeto para além da questão do gênero, estendida à etnia, veio apenas durante a produção deste relatório. Com sinceridade, assim como conseguimos evidenciar os pontos positivos do filme, destacamos uma lacuna não desenvolvida por ele. Talvez, devido ao pouco tempo para apresentar todo o universo da arbitragem feminina no estado, a problemática nem poderia ser trabalhada. Portanto, se algum dia alguém além da banca ler esse projeto, deixamos essa dica de produção experimental: a mulher negra na atividade desportiva do Rio Grande do Sul.

8. REFERÊNCIAS

BOSCHILIA, Bruno; MAURER, Sidmar. **A arbitragem feminina no futebol masculino:** possibilidades de compreensão da inserção da mulher no esporte moderno. Disponível em <https://goo.gl/mbEoRQ>. Acesso em: 26 out 2016.

BRASIL, Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. **Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país.** Disponível em <https://goo.gl/9aBJa8>. Acesso em 31 mar 2017.

DE FARIAS, Lilian. **As mulheres árbitras:** aspirações e expectativas em torno de uma profissão. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC II) – Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2014. Disponível em <https://goo.gl/BqSCCa>. Acesso em: 28 mar. 2017.

DUNNING, Eric; MAGUIRE, Joseph. **As relações entre os sexos no esporte.** Disponível em <https://goo.gl/iVTwR2>. Acesso em: 26 out 2016.

LINS, Consuelo; MESQUITA, Cláudia. **Filmar o real:** sobre o documentário brasileiro contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2008.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher:** permanência e revolução do feminino. São Paulo: Companhia das Letras. 1 ed. 1997.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação:** Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 6 ed. 2003.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário.** São Paulo: Papyrus. 4 ed, 2009.

PUCCINI, Sérgio. **Roteiro de documentário:** da pré-produção à pós-produção. Campinas: Papyrus. 3 ed, 2012.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (Org.). **Dicionário Mulheres do Brasil:** de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo:** Porque as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

9. APÊNDICE

ROTEIRO DE PERGUNTAS

Fonte 1: Luiza Reis, árbitra da FGF e da CBF.

1. Por que o interesse em trabalhar com arbitragem?
2. Até o momento, trabalhaste como assistente, assim como todas as demais mulheres que compõe o quadro de arbitragem da CBF. Independente da série, o que falta para vermos as mulheres comandando no apito o futebol masculino no Brasil?
3. Na CBF, apenas 11% do quadro de árbitros é composto por mulheres. Por que esse número é tão baixo?
4. No Rio Grande do Sul, esse índice é ainda menor. Até o momento contamos com apenas duas mulheres no quadro de árbitros gaúchos na CBF, o que representa 6,4% de representação feminina. A que tu atribuis essa participação tão baixa das mulheres do estado na Confederação?
5. Quais motivos justificam o fato de o Rio Grande do Sul ter apenas duas mulheres que compõem o quadro de árbitros da CBF?
6. Nossa sociedade tem papéis sociais definidos, inclusive de gênero. Até 1979, por exemplo, vigorava a LEI 3.199, que não permitia a prática de desportos “incompatíveis com a natureza da mulher”. A primeira árbitra do mundo foi Léa Campos, brasileira, que se formou em 1967, mas começou a atuar apenas em 1971. Diante disso, você percebe que essa dissociação entre os gêneros no futebol é algo do passado? Ainda é um espaço quase exclusivo aos homens? Qual o espaço da mulher no futebol profissional?
7. Você acha que os processos de avaliação da Federação Gaúcha de Futebol dificultam o acesso das mulheres à arbitragem?
8. Por quais motivos, seja no contexto social ou profissional, as mulheres acabam se afastando da atividade de árbitras de futebol?
9. A pouca representatividade de mulheres na arbitragem do Rio Grande do Sul se dá pela falta de procura por parte delas ou por algum processo que dificulta o exercício da profissão?
10. Em algum momento, durante o curso de formação, você se sentiu prejudicada pelo fato de ser mulher?
11. Como a Federação lida com a atuação de ambos os sexos na arbitragem?

12. A partir de 2012, o padrão da FIFA de teste físico para árbitros e árbitras foi reformulado. A FGF, em seu último curso de formação, adotou o critério de que os homens completem 2 tiros de 50m em até 07:50'' e as mulheres em 9''. Depois, 2 tiros de 200m em até 32'' para os homens e 40'' para as mulheres. Por fim, os árbitros devem completar 2.700m em até 12 minutos e as árbitras 2.400m no mesmo tempo. Como você avalia essa mudança? Você acha que tanto homens quanto mulheres deveriam passar pelo mesmo procedimento?
13. Biologicamente, o sexo masculino possui capacidade física superior ao feminino. Essa atribuição toma corpo se somada às construções sociais pela qual passamos onde, na maioria das vezes, os meninos são designados a praticar esportes e treinar o seu corpo mais que as meninas. No entanto, a mulher constrói no social uma condição que pode romper com a condição biológica (treinando o corpo, construindo a resistência física). Tendo isso em vista, em algum momento a parte física atrapalhou seu desempenho dentro de campo?
14. Pelo fato de ser mulher, você já vivenciou ou presenciou algum constrangimento social por parte da torcida? E dos jogadores? E da comissão técnica?
15. Arbitragem é uma profissão de autoridade dentro de campo. Você já se sentiu acuada em “assegurar as rédeas” durante uma partida?
16. Você acha que a cobrança feita em cima de árbitras mulheres é maior do que em relação aos homens? Por que isso acontece?
17. Em algum momento o seu conhecimento sobre futebol foi questionado? É algo que acontece de maneira recorrente?
18. Existe alguma vantagem em ser mulher na arbitragem?
19. Em uma partida de futebol, naturalmente temos como protagonistas os times compostos pelos jogadores e comissão técnica. Certos acontecimentos dentro de campo como, por exemplo, a marcação de lance duvidoso, fazem com que o foco mude do jogo para a arbitragem. Tendo isso em vista esta situação hipotética, gostaria de saber se você já foi assunto nas mídias locais por conta da atuação na arbitragem? Como foi a repercussão?
20. É possível manter um papel coadjuvante (manter-se invisível e visível) dentro das quatro linhas? Como proceder?
21. O que te motiva a continuar na profissão?
22. Quem era a Luiza em 2009, quando entrou no curso de formação de árbitros e quem é a Luiza hoje?

23. Qual a sua visão para um futuro próximo da mulher na arbitragem brasileira?

Fonte 2: Andreza Mocelin, árbitra assistente FGF

1. Até o momento, trabalhaste como assistente, assim como todas as demais mulheres que compõe o quadro de arbitragem da CBF. Independente da série, o que falta para vermos as mulheres comandando no apito o futebol masculino no Brasil?
2. Existe alguma dificuldade dentro de campo que você acha que só mulheres enfrentam?
3. Na CBF, apenas 11% do quadro de árbitros é composto por mulheres. Por que esse número é tão baixo?
4. No Rio Grande do Sul, temos apenas a Luiza e a Maíra na CBF, o que representa cerca de 6,4% da totalidade de árbitros gaúchos na Confederação. A que tu atribuis esse número tão baixo das mulheres do estado na CBF?
5. O que mudaria em sua profissão se caso trabalhasse nacionalmente?
6. Existem diferenças nas oportunidades dadas aos árbitros de ambos os sexos?
7. Você acha que os processos de avaliação da Federação Gaúcha de Futebol dificultam o acesso das mulheres à arbitragem?
8. Quais outros motivos acabam afastando as mulheres da atividade de arbitragem?
9. A pouca representação de mulheres na arbitragem do Rio Grande do Sul pode ser explicada? Como?
10. Em algum momento, durante o curso de formação, você se sentiu prejudicada pelo fato de ser mulher?
11. A partir de 2012, o padrão da FIFA de teste físico para árbitros e árbitras foi reformulado. A FGF, em seu último curso de formação, adotou o critério de que os homens completem 2 tiros de 50m em até 07:50'' e as mulheres em 9''. Depois, 2 tiros de 200m em até 32'' para os homens e 40'' para as mulheres. Por fim, os árbitros devem completar 2.700m em até 12 minutos e as árbitras 2.400m no mesmo tempo. Como você avalia essa mudança? Você acha que tanto homens quanto mulheres deveriam passar pelo mesmo procedimento?
12. Biologicamente, o sexo masculino possui capacidade física superior ao feminino. Essa atribuição toma corpo se somada às construções sociais pela qual passamos onde, na maioria das vezes, os meninos são designados a praticar esportes e treinar o seu corpo mais que as meninas. No entanto, a mulher constrói no social uma condição que rompe com a condição biológica. Tendo isso em vista, em algum momento a parte física atrapalhou seu desempenho dentro de campo?

13. Pelo fato de ser mulher, você já vivenciou ou presenciou algum constrangimento social por parte da torcida? E dos jogadores? E da comissão técnica?
14. Arbitragem é uma profissão de autoridade dentro de campo. Você já se sentiu acuada em “assegurar as rédeas” durante uma partida?
15. Você acha que a cobrança feita em cima de árbitras mulheres é maior do que em relação aos homens? Por que isso acontece?
16. Em algum momento o seu conhecimento sobre futebol foi questionado? É algo que acontece de maneira recorrente?
17. Em uma partida de futebol, naturalmente temos como protagonistas os times compostos pelos jogadores e comissão técnica. Certos acontecimentos dentro de campo, como por exemplo a marcação de lance duvidoso, fazem com que o foco mude do jogo para a arbitragem. Tendo isso em vista esta situação hipotética, gostaria de saber se você já foi assunto nas mídias locais por conta da atuação na arbitragem? Como foi a repercussão?
18. É possível manter um papel coadjuvante (manter-se invisível e visível) dentro das quatro linhas? Como proceder?
19. Existe alguma vantagem em ser mulher na arbitragem?
20. O que te motiva a continuar na profissão?
21. Qual a sua visão para um futuro próximo da mulher na arbitragem brasileira?

Fonte 3: Éder Zanella, árbitro da FGF

1. Quais as diferenças entre trabalhar como árbitro e como assistente? Tem preferência?
2. Quais as principais dificuldades enfrentadas dentro de campo pelos árbitros de futebol?
3. Você acha que suas colegas mulheres passam pelas mesmas barreiras? Encaram mais ou menos contratempos?
4. As oportunidades dadas pela Federação são iguais a homens e mulheres?
5. A partir de 2012, o padrão da FIFA de teste físico para árbitros e árbitras foi reformulado. A FGF, em seu último curso de formação, adotou o critério de que os homens completem 2 tiros de 50m em até 07:50” e as mulheres em 9”. Depois, 2 tiros de 200m em até 32” para os homens e 40” para as mulheres. Por fim, os árbitros devem completar 2.700m em até 12 minutos e as árbitras 2.400m no mesmo tempo. Como você avalia essa mudança? Você acha que tanto homens quanto mulheres deveriam passar pelo mesmo procedimento?

6. Em algum momento você se sentiu favorecido ou desfavorecido na profissão pelo fato de ser homem?
7. Atualmente, o Rio Grande do Sul tem o quarto pior índice de participação de mulheres na arbitragem. Por que você acha que isso acontece no estado?
8. Haveria alguma diferença se mais mulheres compusessem o quadro de árbitros da FGF e da CBF?
9. Como foram suas experiências dentro de campo com colegas mulheres?
10. Desde o início de sua atuação até agora, percebeu alguma diferença na recepção da torcida, times e comissão técnica quanto a árbitras mulheres?
11. Já presenciou algum tipo de assédio ou hostilidade contra alguma colega de arbitragem?
12. Se sim, quando fatos assim acontecem, como você costuma se posicionar?
13. Você acha que os processos de avaliação da Federação Gaúcha de Futebol dificultam o acesso das mulheres à arbitragem?
14. Quais outros motivos acabam afastando as mulheres da atividade de árbitras de futebol?
15. Arbitragem é um cargo de poder e autoridade no futebol. Dos homens e mulheres que já trabalhou, todos exerceram o mesmo posicionamento arbitrário dentro de campo?
16. Você acha que existe mais cobrança em um gênero do que outro? Qual?
17. Você acha que a comunidade do futebol (torcida, times, comissão técnica) faz diferenciação quanto ao poder exercido pelos árbitros?
18. A maior diferença de tratamento nessa relação entre comunidade do futebol e árbitros se dá quanto ao gênero ou pelos cargos ocupados pelos profissionais?
19. Em uma partida de futebol, naturalmente temos como protagonistas os times compostos pelos jogadores e comissão técnica. Certos acontecimentos dentro de campo, como por exemplo a marcação de lance duvidoso, fazem com que o foco mude do jogo para a arbitragem. Tendo isso em vista esta situação hipotética, gostaria de saber se você já foi assunto nas mídias locais por conta da atuação na arbitragem? Como foi a repercussão?
20. É possível manter um papel coadjuvante (manter-se invisível e visível) dentro das quatro linhas? Como proceder?
21. Existe alguma vantagem por ser homem na profissão de árbitro de futebol?
22. Quais procedimentos poderiam ser feitos a fim de que mais mulheres exerçam a profissão?

23. Como você enxerga um futuro próximo caso mais mulheres fizessem parte do quadro de árbitros da CBF?

Fonte 4: Luiz Fernando Gomes Moreira, diretor executivo da FGF

1. A Federação delimita algum perfil de pessoa que pode fazer o curso de formação de árbitros?
2. Após a formação de árbitros, como são determinados os profissionais para atuar nas competições?
3. Como funciona o processo de ascensão dos árbitros de futebol?
4. Como são designadas as funções na arbitragem (árbitro principal, auxiliar, quarto árbitro, assessor)?
5. Como funciona o sorteio da arbitragem?
6. Existem prioridades para as oportunidades dadas aos árbitros? Exemplo: idade, experiência, condição física, gênero.
7. Atualmente, constam no quadro de árbitros da FGF 210 pessoas, sendo seis delas mulheres. Em qual temporada/época houve uma maior participação feminina nesse quadro?
8. (Se o ano não for 2017) Por quais motivos houve queda no número de mulheres que fazem parte da FGF?
9. A partir de 2012, o padrão da FIFA de teste físico para árbitros e árbitras foi reformulado. A FGF, como consta no edital do último curso, adotou o critério de que os homens completem 2 tiros de 50m em até 07:50'' e as mulheres em 9''. Depois, 2 tiros de 200m em até 32'' para os homens e 40'' para as mulheres. Por fim, os árbitros devem completar 2.700m em até 12 minutos e as árbitras 2.400m no mesmo tempo. Como você avalia essa mudança?
10. Você acha que tanto homens quanto mulheres deveriam passar pelo mesmo procedimento?
11. Após a mudança, houve aumento ou diminuição na procura do curso por parte das mulheres?
12. Existe alguma limitação no número de vagas para cada gênero?
13. No quadro de árbitros da CBF, apenas uma mulher é da Federação Gaúcha. Por que você acha que as mulheres do estado não estão na Confederação nacional?
14. O Rio Grande do Sul tem o quarto pior índice de representação feminina na CBF. A Confederação dá prioridade para outros estados, como São Paulo e Rio de Janeiro?

15. A FGF se preocupa com igualdade de gênero na profissão de árbitro de futebol?
16. Durante o curso de formação de árbitros os futuros profissionais são cobrados de maneira igualitária?
17. Dentro das quatro linhas, você acha que tanto homens quanto mulheres sofrem o mesmo tipo de cobrança?
18. A maior diferença de tratamento na relação entre comunidade do futebol (clubes, torcida, comissão técnica) e árbitros se dá quanto ao gênero ou pelos cargos ocupados pelos profissionais?

Fonte 5: Débora de Oliveira, jornalista esportiva (apresentadora do SBT Esporte RS)

1. Algum dos veículos em que já trabalhou tentou discutir a questão do gênero no futebol?
2. Você acha que essa questão deve ser trabalhada? Se sim, como?
3. Quando se refere à mulher no futebol, levando em conta todas as ocupações possíveis, pode-se atribuir a máxima de que “lugar de mulher é onde ela quiser?”
4. Dentre os diferentes cargos em torno do futebol, qual (ais) você acha que a mulher tem mais espaço? E em qual(ais) tem menos?
5. Por que há diferença entre as ocupações?
6. Como você percebe a mulher na arbitragem?
7. Você acha que existe certo estranhamento quanto à atuação da mulher na arbitragem? (pergunta conversada)
8. A partir de sua experiência como jornalista dentro e fora dos gramados, como você enxerga a repercussão da mulher na arbitragem?
9. O que faz uma mulher árbitra virar notícia?
10. São os mesmos motivos que levam os árbitros homens a estarem em pauta?
11. Manchetes que chamam a atenção para elementos externos a atuação da mulher na arbitragem são recorrentes, como: o jeito de se comportar, o penteado, a aparência das unhas, o preparo físico etc. Qual o valor-notícia dessas matérias?
12. De que maneira a mídia pode influenciar na mudança (ou consolidação) das ideias acerca de mulheres árbitras?
13. Por que quando alguma árbitra se equivoca em campo a repercussão é maior se comparada aos erros cometidos por árbitros homens?
14. Qual a carga de responsabilidade da imprensa no prestígio ou no descrédito dos árbitros de futebol como um todo?

15. De que maneira uma maior representação de mulheres na arbitragem influenciaria em um contexto geral do futebol?

Fonte 6: Fabiano Baldasso, jornalista esportivo (ex- Rádio Gaúcha e TV Bandeirantes, atualmente trabalha com o Internacional)

1. Algum dos veículos em que já trabalhou tentou discutir a questão do gênero no futebol?
2. Você acha que essa questão deve ser trabalhada? Se sim, como?
3. Quando se refere à mulher no futebol, levando em conta todas as ocupações possíveis, pode-se atribuir a máxima de que “lugar de mulher é onde ela quiser?”
4. Você acha que no futebol existem trabalhos masculinos e trabalhos femininos?
5. Dentre os diferentes cargos em torno do futebol, qual (ais) você acha que a mulher tem mais espaço? E qual (ais) tem menos?
6. Por que há diferença entre as ocupações?
7. A partir de sua experiência como jornalista dentro e fora dos gramados, como você enxerga a repercussão da mulher na arbitragem?
8. O que faz uma mulher árbitra virar notícia?
9. São os mesmos motivos que levam os árbitros homens a estarem em pauta?
10. Manchetes que chamam a atenção para elementos externos a atuação da mulher na arbitragem são recorrentes, como: o jeito de se comportar, o penteado, a aparência das unhas, o preparo físico etc. Qual o valor-notícia dessas matérias?
11. Por que ainda existe certo estranhamento quanto à atuação da mulher na arbitragem?
12. De que maneira a mídia pode influenciar na mudança (ou consolidação) das ideias acerca de mulheres árbitras?
13. Por que quando alguma árbitra se equivoca em campo a repercussão é maior se comparada aos erros cometidos por árbitros homens?
14. Qual a carga de responsabilidade da imprensa no prestígio ou no descrédito dos árbitros de futebol como um todo?
15. De que maneira uma maior representação de mulheres na arbitragem influenciaria em um contexto geral do futebol?